SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga

CNPJ nº 61.699.567/0048-56

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga.** A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM até 30.04.2021. São Paulo, 28.02.2021. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor - Presidente da SPDM

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Ativo	2020	2019
Ativo Circulante	8.697.663,82	8.464.785,59
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1/3.2)	1.955.250,14	2.912.440,34
Bancos conta movimento **(Nota 3.1.)**	3.718,07	11.592,98
Aplicações Financeiras **(Nota 3.2)**	1.951.532,07	2.900.847,36
Valores a Receber (Nota 3.3)	6.683.358.75	5.503.942,50
Secretaria Direitos Pessoa com Deficiência **(Nota 3.3.1)**	6.683.358,75	5.503.942,50
Outros Créditos (Nota 3.4)	36.285,44	27.564,78
Adiantamentos a fornecedores **(Nota 3.4.1)**	25.977,77	27.564,78
Antecipação de Férias **(Nota 3.4.2)**	10.307,67	-
Despesas Pagas Antecipadamente **(Nota 3.4.3)**	3.517,76	3.930,13
Prêmios de seguros e outros a vencer	3.517,76	3.930,13
Estoques (Nota 3.5)	19.251,73	16.907,84
Materiais utilizados no setor de nutrição	2.504,71	4.178,72
Materiais utilizados no setor de farmácia	312,00	150,52
Materiais de almoxarifado	16.435,02	12.578,60
Ativo Não Circulante	10.393.254,51	15.640.758,98
Realizável a Longo Prazo	9.435.330,00	14.152.995,00
Contratos Públicos a Receber **(Nota 3.6)**	9.435.330,00	-
Valor Estimado - Rescisão de Contrato **(Nota 3.6.1)**	-	384.902,04
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.7)	957.924,51	1.102.861,94
Imobilizado - Bens de Terceiros	1.534.754,53	1.514.418,37
Ajuste vida útil econômica bens móveis - CTI **(Nota 3.7.1)**	(576.830,02)	(411.556,43)
Total do Ativo	19.090.918,33	24.105.544,57

Passivo	2020	2019
Passivo Circulante	8.697.663,82	8.464.785,59
Fornecedores **(Nota 3.8)**	8.115,37	61.886,26
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica **(Nota 3.9)**	90.666,23	79.402,00
Salários a pagar **(Nota 3.10)**	123.573,85	112.655,00
Contribuições a recolher **(Nota 3.11)**	31.518,77	34.630,54
Provisão de férias **(Nota 3.12)**	165.702,47	95.107,80
Provisão de FGTS sobre férias **(Nota 3.12)**	13.189,70	7.599,54
Impostos a recolher **(Nota 3.13)**	47.153,06	44.641,26
Benefícios	516,79	-
Obrigações Tributárias **(Nota 3.14)**	6.277,25	6.904,92
Outras contas a pagar **(Nota 3.15)**	1.269,50	-
Valores Transitáveis	-	236,49
Contratos Públicos a Realizar **(Nota 3.16)**	8.207.339,50	8.014.036,51
Estrutura SPDM	2.341,33	7.685,27
Passivo Não Circulante	10.393.254,51	15.640.758,98
Imobilizado - Bens de terceiros (Nota 3.7)	1.539.154,53	1.514.418,37
Ajustes vida útil econômica - Bens móveis **(Nota 3.7.1)**	(581.230,02)	(411.556,43)
Estimativa de Rescisão Contratual **(Nota 3.6.1)**	-	384.902,04
Contratos Públicos a Realizar	9.435.330,00	14.152.995,00
Total do Passivo	**19.090.918,33**	**24.105.544,57**
Patrimônio Líquido (Nota 5)	-	-
Resultado do Exercício	-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**19.090.918,33**	**24.105.544,57**

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Findos Exercícios encerrado em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Resultados do exercício/período	**-**	**-**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	-	-
Resultado na venda de ativos permanentes	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(1.179.416,25)	(1.036.730,72)
(Aumento) Redução outros créditos	5.093.846,38	(14.476.661,00)
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	412,37	(374,79)
(Aumento) Redução em estoques	(2.343,89)	10.884,95
Aumento (Redução) em fornecedores	(42.506,66)	(78.764,02)
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de Gestão	(4.909.264,05)	17.914.577,39
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	82.081,90	(676.871,98)
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(144.937,43)	(21.747,29)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(1.102.127,63)	**1.634.312,54**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	144.937,43	21.747,29
Caixa liquido consumido pelas atividades de investimentos	**144.937,43**	**21.747,29**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	-	-
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	-	-
Juros pagos por empréstimos	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	**-**	**-**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(957.190,20)	1.656.059,83
No início do período	2.912.440,34	1.256.380,51
No final do período	**1.955.250,14**	**2.912.440,34**

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrado em 31 de Dezembro Valores em Reais

	2020	2019
1 - Receitas	**5.323.163,90**	**5.814.306,59**
1.1) Prestação de serviços	4.567.128,86	4.990.015,85
1.2) Outras Receitas	247,00	-
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	755.787,24	824.290,74
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	**1.730.938,16**	**1.918.967,01**
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	22.447,74	37.219,59
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.640.104,41	1.719.534,58
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	24.736.16	108.626,31
2.4) Outros	43.649,85	53.586,53
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	**3.592.225,74**	**3.895.339,58**
4 - Retenções	**-**	**-**
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	**3.592.225,74**	**3.895.339,58**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**-**	**112,00**
6.1) Receitas financeiras	-	112,00
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	**3.592.225,74**	**3.895.451,58**
8 - Distribuição do Valor Adicionado	**3.592.225,74**	**3.895.451,58**
8.1) Pessoal e encargos	2.774.773,10	3.022.547,82
8.2) Impostos, taxas e contribuições	10.711.12	10.360,01
8.3) Juros	-	11,98
8.4) Aluguéis	50.954,28	38.241,03
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	755.787.24	824.290,74
8.6) Lucros retidos/prejuízo do período	-	-

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrado em 31 de Dezembro - Valores Expressos em Reais (R$)

	2020	2019
Receita Bruta de Serviços com Restrições (Nota 4)	**5.322.916,10**	**5.814.306,59**
Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência **(Nota 4.1)**	4.539.526,66	4.960.494,19
Isenção Usufruída **(Nota 9)**	755.787,24	824.290,74
Trabalho Voluntário Estatutário **(Nota 10)**	1.918,09	2.154,93
Estrutura SPDM	25.684,11	27.366,73
(+) Outras Receitas com Restrições	**247,80**	**112,00**
Descontos Recebidos	-	112,00
Doações Recebidas **(Nota 4.3)**	247,80	-
(=) Receita Líquida com Restrições	**5.323.163,90**	**5.814.418,59**
Custos e Despesas		
(-) Custos Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	**(388.944,07)**	**(1.103.414,21)**
(-) Serviços - Pessoal Próprio	(220.370,98)	(504.418,57)
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	-	(15.875,31)
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	(95.535,42)	(444.566,18)
(-) Mercadorias	(22.447,74)	(37.219,59)
(-) Isenções a Contribuições Sociais **(Nota 9)**	(50.589,93)	(101.334,56)
(-) Despesas Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	**(4.934.219,83)**	**(4.711.004,38)**
(-) Serviços - Pessoal Próprio	(2.552.484,03)	(2.515.974,32)
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	-	(9.457,14)
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	(1.519.517,75)	(1.163.194,34)
(-) Mercadorias	(76.005,52)	(124.682,64)
(-) Financeiras	(17.965,74)	(53.598,51)
(-) Tributos	(10.711,12)	(10.360,01)
(-) Despesas - Bens Permanentes de Terceiros	(24.736.16)	(108.626,31)
(-) Isenções a Contribuições Sociais **(Nota 9)**	(705.197,31)	(722.956,18)
(-) Trabalho Voluntário Estatutário **(Nota 10)**	(1.918,09)	(2.154,93)
(-) Estrutura SPDM	(25.684,11)	-
(=) Resultado do Exercício com Restrições (Nota 6)	**-**	**-**

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Taxa	31/12/2020	31/12/2019
Banco do Brasil C/C 8904-4	CDB DI	0,96%	1.341.262,48	2.301.232,36
Banco do Brasil C/C 13398-1	CDB DI	0,70%	343.617,14	337.008,52
Banco do Brasil C/C 13397-3	CDB DI	0,70%	266.652,45	262.606,48
Total			**1.951.532,07**	**2.900.847,36**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2020 e 2019

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma Instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** O Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga (CTI) é um projeto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo. Inaugurado em 10.12.2013 o CTI desenvolve atendimentos voltados para pessoas com deficiência física, mental, intelectual e sensorial, e de seus familiares. O Centro se posiciona como um espaço inovador, polo de desenvolvimento tecnológico, de conhecimento, qualificação e formação profissional de recursos humanos, com estratégias inovadoras, estabelecendo parcerias e alianças, compartilhando competências e viabilizando nessas relações intersensoriais a convergência entre os atores sociais, para um efetivo desenvolvimento do processo de inclusão. A partir da Resolução SEDPcD nº 09, de 13.11.2013, iniciou-se a gestão da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em 10 de Dezembro de 2013, a SPDM firmou com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Contrato de Gestão Nº 035/2013 - Processo nº 138803/2013, e as atividades foram iniciadas em 18.08.2014. A partir da Resolução SEDPcD nº 11, de 14.12.2018, foi celebrado um novo contrato de gestão entre a SPDM e a SEDPcD. Em 20 de dezembro de 2018 a SPDM celebrou, com a SEDPcD, Contrato de Gestão 001/2018 - Processo nº1780771/2018, para gerenciar os processos e atividades do Centro de Tecnologia e Inovação da rede Lucy Montoro, com duração de 60 (sessenta) meses, tendo início em 01 de janeiro de 2019, com valor global de R$ 37.926.648,00 (Trinta e sete milhões, novecentos e vinte e seis mil e seiscentos e quarenta e oito reais). Em 21 de outubro de 2019 foi assinado o 1º Termo Aditivo ao CG 001/2018, reduzindo em 31,5% o valor global do contrato, para R$ 25.978.045,50 (Vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e oito mil, quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) e apresentando o novo plano de trabalho. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea" C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Em 01.11.2013 a SPDM foi qualificada como organização social da área de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência, através do despacho do secretário de 31.10.2013 conforme Processo SEDPCD-70227/2013, de modo a habilitar-se à celebração de contratos de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, observadas na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as recomendações contidas nos referidos pareceres e manifestação. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Desde 2014, na elaboração das demonstrações financeiras a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TG 26 (R5), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da escrituração contábil - NBC T 2.1:** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Razão Social da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga -** Rodovia dos Imigrantes, km 11 - Vila Guarani - São Paulo - SP - CEP 04329-000 - CNPJ nº 61.699.567/0048-56. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme norma ITG 2002(R1) - Entidades sem finalidade de lucros, e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	31.12.2020 - R$	31.12.2019 - R$
Saldo em Bancos	3.718,07	11.592,98
Aplicação Financeira de Curto Prazo	1.951.532,07	2.900.847,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.955.250,14**	**2.912.440,34**

Os recursos financeiros disponíveis para o CTI são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2020 o montante de R$ 1.955.250,14 (Um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e quatorze centavos), conforme demonstrado no quadro acima. **O CTI não possui valores em espécie disponíveis em Caixa. 3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. **3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1-Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta correspondem a valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001/2018, provenientes da SEDPcD. Em 31.12.2020 os valores a receber do CTI Ipiranga somam o montante de R$ 6.683.358,75 (Seis milhões, seiscentos e oitenta e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos), cujo valor é composto de:

Valores à Receber segregado por recurso em 31.12.2020 (Em Reais)

Origem dos Recursos	Vencidos	A Vencer	Total
Recurso Estadual - SEDPcD	786.277,50	5.897.081,25	R$ 6.683.358,75
Total Valores a Receber	**786.277,50**	**5.897.081,25**	**R$ 6.683.358,75**

Através do ofício SEDPcD/C.G nº 018/2020, de 27/05/2020, a contratante informa que, para cumprir o disposto no Decreto Estadual 64.936, de 13/04/2020, que dispõe sobre medidas de redução de despesas no contexto da pandemia da COVID-19, fará o congelamento das parcelas 14 e 15, do Contrato de Gestão 001/2018, 1º Termo Aditivo, referente aos repasses de fevereiro e março/2020, respectivamente, no importe de R$ 786.277,50, parcelas essas que poderão ser redirecionadas no exercício seguinte. **3.4 - Outros Créditos:** Essas contas englobam valores a receber que não se enquadram nos grupos anteriores, sendo contas de curto prazo. Representa créditos que a empresa possui, porém, geralmente, não oriundos da atividade operacional. **3.4.1 - Adiantamento a fornecedores:** O valor da conta Adiantamento a fornecedores é referente à compra de benefícios para os funcionários, como vale transporte, vale refeição e vale alimentação, adquiridos antecipadamente para a próxima competência. **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Artigo 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Artigo 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 - Despesas pagas antecipadamente:** São as despesas já pagas e que beneficiarão a empresa no exercício seguinte ao da data do encerramento do balanço. A despesa será apropriada conforme a competência. **3.5 - Estoques:** Os estoques são bens tangíveis adquiridos ou produzidos pela empresa com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal de suas atividades. Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de limpeza, de escritório e de nutrição, até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2020 é de R$ 19.251,73 (Dezenove mil, duzentos e cinquenta e um reais e setenta e três centavos). A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. (Resolução CFC nº 1.170/09 - NBC TG 16 (R1) - Estoques).

	Valores em Reais	
Tipo	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Medicamentos/Materiais de enfermagem	734,40	150,52
Materiais utilizados no setor de Nutrição	2.504,71	4.178,72
Materiais conservação bens	782,19	875,75
Materiais de escritório	10.783,19	9.496,25
Materiais de Limpeza	4.447,24	2.206,60
Total	**19.251,73**	**16.907,84**

3.6 - Valores a Receber - (Ativo Não Circulante): Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo, no exercício de 2020, totalizando em R$ 9.435.330,00 (Nove milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e trezentos e trinta reais). **3.6.1 -Valores a Receber - Estimativa de Rescisão Contratual:** A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral dor parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Aviso Prévio Indenizado	-	R$ 197.460,49
Multa 50% FGTS	-	R$ 187.441,55
Total	**-**	**R$ 384.902,04**

Em 31 de dezembro de 2020 a instituição entendeu por bem que não caberia constituir Estimativa de Rescisão Contratual em virtude da Cláusula nº 10, parágrafo terceiro, do Contrato de Gestão nº 001/2018 prever que os custos relativos à dispensa com pessoal serão arcados pelo órgão público contratante, não cabendo mais realizar tal provisionamento. **3.7 - Imobilizado - Bens de Terceiros***:* O Pronunciamento Técnico CPC27 - Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583/09 e tornado obrigatório pela Resolução CFC nº 1.177/09, define o Imobilizado como um ativo tangível que: (i) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e que (ii) se es-

continua

continuação
pera utilizar por mais de um ano. Os ativos registrados no Imobilizado representam os bens adquiridos na gestão da SPDM, a partir de 18.08.2014.O imobilizado do Centro de Tecnologia e Inovação é classificado como "bens de terceiros" de modo a atender a legislação. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de bens do ativo imobilizado em 2020

Descrição	Posição em 31/12/2019	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2020
Imobilizado - Bens de Terceiros	**1.514.418,37**	**24.736,16**	**-**	**1.539.154,53**
Bens Móveis	**1.514.418,37**	**24.736,16**	**-**	**1.539.154,53**
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratório	958.688,20	1.040,00	-	959.728,20
Equipamentos Processamento de Dados	329.186,43	8.059,00	-	337.245,43
Mobiliário em Geral	135.630,34	7.249,00	-	142.879,34
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	46.742,54	8.388,16	-	55.130,70
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	24.538,00	-	-	24.538,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	15.232,86	-	-	15.232,86
Softwares	4.400,00	-	-	4.400,00
Total Imobilizado - Terceiros	**1.514.418,37**	**24.736,16**	**-**	**1.539.154,53**

3.7.1 - Ajuste vida útil econômica - Bens Móveis: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens móveis de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa, de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2020

Descrição	Posição em 31/12/2019	Baixa	Ajuste de vida útil	Posição em 31/12/2020	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste do Valor Econômico Acumulada de Bens Móveis de Terceiros	**(411.556,43)**	**-**	**(169.673,59)**	**(581.230,02)**	%
Bens Móveis	**(411.556,43)**	**-**	**(169.673,59)**	**(581.230,02)**	%
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratório	(129.995,53)	-	(103.908,18)	(233.903,71)	10
Equipamentos Processamento de Dados	(212.304,09)	-	(38.346,87)	(250.650,96)	20
Mobiliário em Geral	(42.127,67)	-	(14.965,06)	(57.092,73)	10
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(12.814,50)	-	(5.520,86)	(18.335,36)	10
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(4.068,03)	-	(5.316,57)	(9.384,60)	20
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(5.846,61)	-	(1.616,05)	(7.462,66)	10
Softwares	(4.400,00)	-	-	(4.400,00)	20
Total do Ajuste de vida útil	**(411.556,43)**	**-**	**(169.673,59)**	**(581.230,02)**	

3.8 - Fornecedores: Os valores contabilizados em Fornecedores são os relativos a compras efetuadas a prazo, ou seja, para pagamento futuro. A unidade gerenciada contabiliza na conta de Fornecedores o valor de R$ 8.115,37 (Oito mil, cento e quinze reais e trinta e sete centavos), referente a aquisição de materiais de consumo, estoque, bens e outros. **3.9 - Serviços de terceiros:** Os valores contabilizados em Serviços de Terceiros são as obrigações decorrentes da prestação de serviços, seja por pessoa física ou jurídica. O saldo de R$ 90.666,23 (noventa mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos), contabilizado nessa conta representa prestadores de serviço pessoa física e jurídica. **3.10 - Salários a Pagar:** Representa os salários devidos aos empregados e outros direitos adquiridos por lei (CLT). De acordo com a CLT, artigo 157, § 1º - Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1.10.1953). **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS E PIS. Com relação ao PIS a unidade gerenciada recebeu a Imunidade através do Processo tributário Nº 2006.61.00.027951-7/SP, que suspendem a exigibilidade de recolhimento do PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Dessa forma, a unidade gerenciada reconheceu os respectivos valores de Isenção e Restituição em suas Demonstrações Contábeis. **3.12 - Provisões trabalhistas:** Segundo pronunciamento do CPC PME (R1), Seção 21, a entidade deve reconhecer uma provisão apenas quando: (a) A entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de evento passado; (b) É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida da entidade a transferência de benefícios econômicos para liquidação; (c) O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável. A entidade tem como prática provisionar os valores referente a férias, 13º salário e encargos.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de Férias	165.702,47	95.107,80
Provisão de FGTS sobre Férias	13.189,70	7.599,54

3.13 - Impostos a Recolher: O saldo desta conta representa os valores referentes à retenção na fonte de Imposto de Renda (IR) pessoa física, de competência federal, sobre os salários ou rendimentos de funcionários e prestadores de serviço pessoa física, e à retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços (ISS), de competência municipal, sobre os rendimentos de prestadores de serviço pessoa física. **3.14 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada. O saldo final a pagar em 2020 referentes aos impostos citados acima foi de R$ 6.277,25 (Seis mil, duzentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos). **3.15 - Outras contas a pagar:** De acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e também a Resolução CFC nº 1.180/09, as contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor. Estão inclusas também nessa conta outras obrigações e passivos que não constam de contas específicas e são pouco comuns ou esporádicas para a empresa. **3.16 - Convênios/Contratos públicos a realizar:** De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2020 representa R$ 8.207.339,50 (Oito milhões, duzentos e sete mil e trezentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos) e a longo prazo representa 9.435.330,00 (Nove milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentos e trinta reais). **3.17 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.17.1 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota)**.** Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2020, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações em que a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R$ 28.299,70 (vinte e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e setenta centavos).

Passivo Contingência 2020

Trabalhista	
Provável	**Possível**
-	R$ 28.299,70

4 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1. Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2020 tais valores representam o montante de R$ 40.848,76 (Quarenta mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos). **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os valores dos custos operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e as despesas operacionais estão relacionadas aos setores administrativos e foram segregados e classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2020 a Instituição recebeu em doações um total de R$ 247,80, doações estas que são pertinentes a mercadorias, itens para higiene pessoal e prevenção da COVID 19. **4.4 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios/contratos firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2020, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais, conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0048-56

Repasse Custeio	R$
Contrato 001/2018 - Centro de Tecnologia e Inovação	3.538.248,75
Total	**3.538.248,75**

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2020 e 2019, respectivamente. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R$ 4.717.665,00 (Quatro milhões, setecentos e dezessete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), acrescidos de Outras Receitas no valor de R$ 41.096,56 (Quarenta e um mil, noventa e seis reais, cinquenta e seis centavos), e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R$ 4.565.458,57 (Quatro milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R$ 193.302,99 (Cento e noventa e três mil, trezentos e dois reais e noventa e nove centavos). **7 - Das Disposições da Lei 12.101/09:** Para fins de atendimento da Lei nº 12.101 de 27.11.2009 (Artigo 18 Par.2, Inc. I), alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 e comprovação dos serviços prestados ou ações socioassistenciais, no atendimento e promoção da pessoa com deficiência e na sua inclusão, sem exigência de contraprestação aos usuários, de forma articulada ou com ações educacionais ou de saúde. O CTI Ipiranga apresentou no ano de 2020 os seguintes dados de atendimento:

Produção 2020

Serviço	Linha de Atendimento	2020
Nº de Usuários Novos (Matriculados)	Número de Usuários	2428
Nº de Usuários Novos Deficientes	Número de Usuários	863
Nº de Usuários Novos Não Deficientes	Número de Usuários	1565
Teleapoio	Nº de Pessoas Atendidas	466
Moda Inclusiva	Nº de Pessoas Atendidas	254
Libras	Nº de Pessoas Atendidas	2.691
Libras	Nº de Turmas Abertas	56
Projeto Inclusão (Metrô)	Nº de Pessoas Atendidas	1.531
Tênis de Mesa	Não se Aplica	1.767
Tecnologias Assistivas para Reabilitação (Robô)	Não se Aplica	165
Programa de Apoio à Empregabilidade da Pessoa com Deficiência	Nº de Pessoas Atendidas	1.425
Programa de Apoio à Empregabilidade da Pessoa com Deficiência	Nº de Empresas Apoiadas	73
Capacitação Digital	Não se Aplica	372

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2020

		Total	
Linha de Contratação		**Contratado**	**Realizado**
Atendimentos			
Moda Inclusiva		240/Ano	254
Teleapoio		NA	466
Programa de Apoio à Empregabilidade de Pessoa com Deficiência	Pessoas	600/Ano	1.425
Empresas		50/Ano	73
Parceira		NA	-
Capacitação Digital		NA	372
Curso de Libras São Paulo	Turmas	36/Ano	36
Pessoas		480/Ano	1.827
Curso de Libras Interior	Turmas	20/Ano	20
Pessoas		400/Ano	864
Projeto Inclusão - Metrô		1500/Ano	1.531
Tênis de Mesa		NA	1.767
Tecnologias Assistivas para Reabilitação (Robô)		NA	165

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2020

Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato/Convênio	3.538.248,75	-
Receitas Financeiras e Outras Receitas	41.096,56	-
Total das Receitas	3.579.345,31	-
Despesas	**Custeio**	**Investimento**
Despesas com Pessoal	2.772.855,01	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	1.792.603,56	-
Total das Despesas	4.565.458,57	-

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 05 de janeiro de 2018, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.003623/2018-01, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2020 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R$ 755.787,24. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta foram, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, PIS sobre folha de pagamentos, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2020, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R$ 598.087,51. Em 2019, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R$ 660.882,77. **9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2020 foi de R$ 136.185,80. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2019, esse montante foi de R$ 148.814,84. **9.3 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag):** Em virtude do Acordão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária Nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulsita para o Desenvolvimento da Medicina garantiu o direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento. A Isenção usufruída sobre o PIS, em 2019, foi de R$ 9.526,63; em 2020, o montante foi de R$ 21.513,93. **10 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou R$ 1.918,09; em 2019 estes valores apurados foram de R$ 2.154,93. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31.12.2020.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor - Presidente da S.PDM **Dra. Yumi Kaneko** - Diretora Técnica **Denise Carmo de Almeida** - Contadora - CRC 1SP 289.563/O-7

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Centro de Tecnologia e Inovação - Parque Fontes do Ipiranga)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos

continua

continuação

que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021 **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3**. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior** - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

JEMF Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.062.394/0001-26 – NIRE: 35.300.191.021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em milhares de reais

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		257	260
Impostos a recuperar		25	20
Dividendos a receber	4		305.695
		282	305.975
Não circulante			
Investimentos	5	10.598.346	10.153.266
Total do ativo		**10.598.628**	**10.459.241**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
Circulante			
Partes relacionadas			68
Dividendos a pagar	4		305.478
			305.546
Patrimônio Líquido	6		
Capital social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		1.793.223	2.081.782
Ajuste de avaliação patrimonial		1.220.675	487.183
		10.598.628	10.153.695
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.598.627**	**10.459.241**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2019		**7.584.730**	**2.620**	**229.715**	**1.172.047**		**484.583**	**9.473.695**
Lucro do exercício						1.286.224		1.286.224
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada em conjunto							2.600	2.600
Total do resultado abrangente do exercício						**1.286.224**	**2.600**	**1.288.824**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Reversão de dividendos deliberados					101.599			101.599
Perda no aumento de capital da Karmin					(47.000)			(47.000)
Constituição de reserva legal	6 c)			64.311		(64.311)		
Dividendos distribuídos	6 b)				(357.944)	(305.478)		(663.423)
Retenção de lucros					916.435	(916.435)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				64.311	613.089	(1.286.224)		(608.824)
Em 31 de dezembro de 2019		**7.584.730**	**2.620**	**294.026**	**1.785.136**		**487.183**	**10.153.695**
Prejuízo do exercício						(416.846)		(416.846)
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							733.492	733.492
Total do resultado abrangente do exercício						**(416.846)**	**733.492**	**316.646**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Retenção de lucros					(416.846)	416.846		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(195.986)			(195.986)
Reversão de dividendos deliberados					305.478			305.478
Efeito de liquidação de partes relacionadas na cisão de investidas reflexo HEJOASSU/VSA					9.120			9.120
Reversão de dividendos e juros sobre capital reflexo HEJOASSU/ VSA					9.674			9.674
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas					**(288.560)**	**416.846**		**128.286**
Em 31 de dezembro de 2020		**7.584.730**	**2.620**	**294.026**	**1.496.577**		**1.220.675**	**10.598.628**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	(415.839)	1.287.138
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(1.027)	(953)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**(416.866)**	**1.286.185**
Resultado financeiro		20	106
Resultado não operacional, líquido			(67)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(416.846)**	**1.286.224**
Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(416.846)**	**1.286.224**
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		(0,61)	1,88
Quantidade média de ações		684.730	684.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(416.846)	1.286.224
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	766.146	24.001
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(72.254)	23.067
"Hedge accounting" operacional de controladas	(158.974)	(9.737)
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(6.306)	10.918
Outros reflexos de controladas e coligadas	247.227	(12.402)
	775.838	**35.847**
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(42.346)	(33.247)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**733.492**	**2.600**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**316.646**	**1.288.824**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e contribuição social	(416.846)	1.286.224
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	415.839	(1.287.137)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos	(4)	(20)
Aumento (diminuição) em outros passivos	(68)	(1.590)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(1.079)**	**(2.523)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	197.062	360.418
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**197.062**	**360.418**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(195.986)	(357.944)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(195.986)**	**(357.944)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**(3)**	**(50)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	**260**	**310**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**257**	**260**
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos	305.695	101.599

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais

JEMF Participações S.A. ("Companhia", ou "JEMF") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.

2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 23 de abril de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

2.1. Base de apresentação

2.2. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente.

3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.

(b) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(c) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

4. Partes relacionadas

Saldos e transações com partes relacionadas

	2020	2019	2020	2019
	Dividendos a receber		Dividendos a pagar	
Partes relacionadas				
Hejoassu Administração S.A.		305.695		
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)				305.478
		305.695		**305.478**

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

5. Investimentos

Avaliados por equivalência patrimonial	Informação da investida em 31 de dezembro de 2020: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2020	2019	Saldo de investimento 2020	2019
Hejoassu Administração S.A.	42.393.359	(1.663.356)	25,00	(415.839)	1.287.138	10.598.340	10.153.260
Outros investimentos						6	6
Total dos investimentos				**(415.839)**	**1.287.138**	**10.598.346**	**10.153.266**

6. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R$ 97.312, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019. Em dezembro de 2020, a Companhia deliberou e pagou aos acionistas pessoas físicas, o montante de R$ 99.750, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2019.

(c) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

José Ermírio de Moraes Neto – Diretor **José Roberto Ermírio de Moraes** – Diretor **Paulo Midena** – Contador CRC 1SP 171.463/O-9